



CULTURA

CESTARIA E CERÂMICA
PRODUZIDAS PELOS
WAJAPI, DO AMAPÁ,
EM EXPOSIÇÃO NO
MUSEU DO ÍNDIO

FELIPE VARANDA

Índio quer patente

Povos se organizam para evitar que produção cultural e conhecimentos centenários sirvam só para o enriquecimento alheio

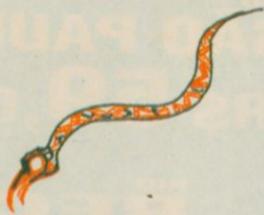
por CLÁUDIA MIRANDA

Não é de hoje que a ingenuidade dos índios brasileiros é explorada pelo homem branco. Não bastasse a constante invasão por garimpeiros e grileiros das reservas demarcadas por lei, volta e meia os índios viam parte de seu conhecimento ser surrupiado por gente que chegava por ali cheia de terceiras intenções. Duas iniciativas tomadas nos últimos 40 dias mostram que eles finalmente estão dando o primeiro passo para pôr fim a essa extorsão cultural. No mês passado, grupos indígenas formaram uma Comissão de Propriedade Intelectual para lutar contra a pirataria de seus conhecimentos milenares de medicina natural. Nas próximas semanas, o Museu do Índio, em Botafogo, lança um catálogo reunindo os padrões gráficos dos índios wajápi, do Amapá. A publicação nasceu do desejo da própria comunidade de criar um registro impresso que ajudasse a salvaguardar o patrimônio artístico do grupo, exaustivamente copiado sem permissão. O estopim para a for-

FOTOS REPRODUÇÃO



JB 916 DOMINHO P. 34-35



mação da Comissão de Propriedade Intelectual foi um incidente protagonizada por um pesquisador inglês. O espertalhão aprendeu com o povo wapixana, do Acre, como transformar a erva kunani num poderoso anticoncepcional e a erva biribiri em anestésico. Depois, as patenteou fora do Brasil como se tivesse sido o descobridor do poder medicinal das ervinhas e ganhou uma dinheirama. "A fórmula pertence a quem a registra primeiro. Nesse caso, não há nada que possamos fazer", lamenta Marcos Terena, conselheiro da comissão e coordenador dos direitos indígenas da Funai.

Os índios brasileiros vivem um momento suis generis na história. Nunca estiveram tão em moda quanto agora. Seus desenhos vão parar em camisetas e colares de grifes modernas como a Osklen, suas músicas são gravadas em CDs de grupos de sucesso, seus grafismos servem de inspiração para linhas de móveis e as ervas que cultivam alimentam o milionário mercado da fitoterapia. Em troca, não recebem um centavo sequer. E não há como fazer valer seus direitos já que não existem mecanismos legais que os protejam da usurpação.

Por ser de caráter comunitário, a produção cultural indígena não pode ser beneficiada pela lei de direito autoral, que parte do princípio de que é preciso existir um autor responsável pela criação da obra, seja ela artística, científica ou literária. "A legislação não prevê a propriedade intelectual coletiva, que é o caso da maior parte das criações indígenas", explica Fernando Mathias Baptista, advogado do Instituto Socioambiental. Apesar de a lei de direito autoral não livrar ninguém de ver seu trabalho um dia copiado, o registro serve como prova no caso da abertura de um processo de plágio. "Sem esse recurso tudo fica mais complicado. É preciso lançar mão de outros elementos, como um parecer antropológico, para tentar defendê-los", diz Baptista, que trabalha ensinando a comunidade a proteger seus direitos.

O trabalho de conscientização também é prioridade da Comissão de Propriedade Intelectual. "Existem muitos pajés que ensinam espontaneamente seus conhecimentos para equipes de grandes laboratórios estrangeiros", conta Terena. Alguns povos indígenas

chegam a fazer convênios com grandes empresas permitindo que elas façam pesquisas em suas terras em troca de dinheiro. "O problema é que não existe um órgão que controle a atuação dessas corporações dentro do território indígena", afirma Terena. No dia 13, ele e outros integrantes da comissão vão participar do encontro anual da Organização Mundial de Propriedade Intelectual, em Genebra, na Suíça. O grupo pretende propor que os índios tenham direito a uma bolsa de estudos que os profissionalize na legislação que rege os direitos autorais. Para resolver a questão, o governo brasileiro recomendou aos índios agirem como o homem branco: contratando um advogado e criando uma empresa para que possam patentear seus conhecimentos. "Mas isso não tem nada a ver com a nossa cultura. Queremos encontrar mecanismos que nos protejam sem passar por cima de nossas tradições", afirma Terena.

O catálogo que será lançado pelo Museu do Índio também não é a solução para os problemas do grupo, mas representa um bom começo na luta por seus direitos. Antes de chegar às mãos do público, a obra foi registrada no Cadastro de Patrimônio Cultural Indígena, da Funai, e encaminhada para o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial, no Ministério da Cultura. "Nenhuma dessas medidas vai protegê-los da pirataria, mas podem se tornar importantes dispositivos quando precisarem defender seu patrimônio", afirma José Carlos Levinho, diretor do museu.

Os índios wajãpi foram corajosos. Em vez de esconder sua produção, eles resolveram divulgá-la - está sendo preparado também um catálogo com projetos arquitetônicos. "Eles querem mostrar para as pessoas que cada pequeno risco de suas criações tem um significado cultural que deve ser respeitado", diz a antropóloga Dominique Gallois, do Núcleo de História Indígena da USP, responsável pela catalogação das obras e também pela curadoria da exposição *Os wajãpi: tempo e espaço na Amazônia*, em cartaz no Museu do Índio. É difícil, mas não custa nada torcer para que o homem branco se sensibilize com o apelo. ❀

DESENHOS DOS WAJÁPI CATALOGADOS POR PESQUISADORA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

